



XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Universidade, desenvolvimento e futuro na Sociedade do Conhecimento

Mar del Plata – Argentina
22, 23 e 24 de novembro de 2017
ISBN: 978-85-68618-03-5



A AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO E O SEU DESENVOLVIMENTO: UM ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO DA REDE FEDERAL.

ELAINE BORGES MONTEIRO CASSIANO

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

elaine.cassiano@ifms.edu.br

REINALDO MESQUITA CASSIANO

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

reinaldo.cassiano@ifms.edu.br

RESUMO

Este artigo visa analisar a reflexão dos gestores do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, evidenciando os segmentos dos atores Pró-Reitoria, Direção e Coordenação. Apresentando o conhecimento e da utilização do Relatório de Autoavaliação como ferramenta estratégica e de gestão. Trata-se de um estudo de caso no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, com base na força da Lei nº 10.861/2004, criando a Comissão Própria de Avaliação (CPA) na educação de ensino superior. A pesquisa foi disponibilizada on-line, por meio da ferramenta Google Drive, para os atores envolvidos do IFMS. Observou-se que os resultados indicaram que os atores em sua maioria, avaliaram que o Relatório da Autoavaliação Institucional pode ser decisiva na estrutura, no seu funcionamento e permite principalmente para a melhoria da qualidade de ensino e para as ações desenvolvidas pela Gestão do IFMS.

Palavras chave: autoavaliação institucional. comissão própria de avaliação. resultados.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é analisar a percepção dos gestores sobre o resultado sobre a autoavaliação institucional do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Hoje a autoavaliação institucional é considerada como uma ferramenta estratégica de gestão na busca da melhoria contínua da instituição.

A avaliação institucional, é uma exigência do Ministério da Educação, conforme Lei nº 10.861/2004, instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e instituída a Comissão Nacional de Avaliação de Ensino Superior (CONAES), conforme as orientações do SINAES, como regulador da qualidade da educação das instituições de educação superior, visam à melhoria da qualidade da educação superior. Para tanto, foi criado a Comissão Própria de Avaliação do IFMS, constituída de representantes docentes, estudantes, técnicos administrativos e membro da sociedade civil organizada.

Processo de avaliação institucional efetiva, têm o envolvimento de todos os atores, professores, técnicos administrativos e estudantes, de forma democrática e legítima. Vale salientar que o processo é feito através da sensibilização, envolvimento na aplicação do questionário e no final o *feedback* dos resultados do relatório final da Autoavaliação Institucional.

Segundo Costa (2004) o processo de gerenciamento de qualquer instituição, seja ela uma empresa ou uma escola, é preciso conhecê-la para saber onde estão suas potencialidades e suas fragilidades.

Para Dias Sobrinho (2003), o processo de autoavaliação institucional que envolve os atores docentes, técnicos administrativos e estudantes, articulada a gestão da IES, com vistas as estratégias institucionais na busca da melhoria contínua.

Para Belloni (2000), a instituição constitui-se num processo, atividade e paradigma de orientação, articulação, mobilização e da condução, visando à melhoria contínua de seus processos pedagógicos, do desempenho de seus profissionais coletivamente organizados em busca da formação e construção da aprendizagem dos estudantes.

Assim, é necessário que os gestores façam o acompanhamento da avaliação em todas as suas atividades (sensibilização, desenvolvimento e *feedback*) do processo compreendido na avaliação institucional, na busca da melhoria contínua de seus processos, metas e objetivos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Para tanto, a Comissão Própria de Avaliação visa assegurar a participação de todos os atores da Instituição. Também presta todas as informações necessárias e solicitadas pelos órgãos federais, bem como servir como um instrumento de gestão para o IFMS.

Destarte, a Avaliação Institucional trata-se de um tema amplo e complexo, desta forma, o estudo pode servir de embasamento para outros estudos e reflexões sobre o tema.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conteúdo da fundamentação teórica.

2.1 O PROCESSO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Sabe-se que no final da década 70 teve início a preocupação com a qualidade dos cursos superiores como uma questão central no sistema brasileiro de educação superior, uma vez que o governo passou a intervir em alguns setores da sociedade, na busca da eficácia e eficiência, na busca de garantir a qualidade dos seus bens tangíveis e intangíveis (DIAS SOBRINHO, 2004).

Segundo Dias Sobrinho (2010, p. 135), a “avaliação é a ferramenta principal de organização e implementação das reformas educacionais”, com um programa de avaliação contínuo. Só a continuidade irá garantir a construção da "cultura de avaliação".

Dias Sobrinho (2010) afirma que:

“[...] à avaliação democrática, no sentido de uma ampla ação do coletivo universitário, deve priorizar seu potencial formativo e proativo. Deve levar a instituição educativa a se interrogar de forma radical e de conjunto sobre os significados de seus serviços e de suas atividades e de suas relações com a ciência e sociedade. Essencialmente, a avaliação deve suscitar interrogações de sentido ético, político e filosófico sobre a formação que está promovendo e engendrar reflexões sobre o significado mais profundo da missão e da visão de cada instituição, segundo os princípios da equidade e da pertinência”(DIAS SOBRINHO, 2010, p.135).

A avaliação institucional faz-se necessário na busca de respostas e resultados na melhoria do conhecimento do nível de eficiência e eficácia do ensino superior.

Para Augusto e Balzan (2007), a autoavaliação é:

“[...] um processo contínuo em que a instituição busca se autoconhecer com vistas ao aperfeiçoamento de suas atividades acadêmicas, objetivando melhorar a qualidade educativa e alcançar relevância social [...] [a] instituição faz uma análise interna sobre o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age [...] procura identificar práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos...(AUGUSTO E BALZAN, 2007, p. 608)

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), Lei 10.861/2004, que visa sobre o processo de avaliação no ensino superior, que por sua vez analisa o andamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no item do Acompanhamento e Avaliação do Desempenho Institucional, Metas e Objetivos. A CPA deve assegurar a avaliação das atividades do planejamento e da gestão, as quais são sistematizadas, com o propósito de promover uma cultura de avaliação na Instituição, com a qualidade de todos os serviços prestados à sociedade.

Desta forma, a Autoavaliação Institucional proporciona reflexão crítica sobre os objetivos e metas com base com compromisso da Missão, Valores e Visão do IFMS.

Neste sentido o processo da autoavaliação institucional deve considerar o ambiente como um todo, fragilidades e potencialidades. Assim, é possível afirmar que o Relatório da Autoavaliação Institucional (CPA), auxilia nos rumos institucionais, de curto, médio e longo prazo do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul.

2.1.1. Histórico da autoavaliação institucional no IFMS

A autoavaliação institucional do IFMS teve início em 2011, onde os estudantes avaliam os docentes, pois não existiam a CPA. As ações e os resultados da autoavaliação eram organizadas pela Avaliação do Docentes pelos Discentes – ADD, pelo Núcleo de Gestão Administrativa e Educacional - NugeD.

Conforme o SINAES a autoavaliação institucional está instituída conforme a Lei 10.861/2004, tem o objetivo de identificar as potencialidades e fragilidades da instituição.

Para Gadotti (2000), a autoavaliação institucional:

“Não mais é vista apenas como um aparelho de controle burocrático e centralizador, em conflito com a autonomia. Ela está sendo institucionalizada como um processo necessário da administração do ensino, como condição para a melhoria do ensino e da pesquisa e como exigência da democratização“ (GADOTTI, 2000, p.195).

O Relatório da Autoavaliação Institucional deve salientar os 5 eixos conforme a Nota Técnica *INEP/DAES/CONAES* para subsidiar os atos de credenciamento, renovação e recredenciamento, sendo:

- Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

Dimensão 8: Planejamento e Avaliação.

- Eixo 2: Desenvolvimento Institucional

Dimensão 1: Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional;

Dimensão 3: Responsabilidade Social da Instituição.

- Eixo 3: Políticas Acadêmicas

Dimensão 2: Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão;

Dimensão 4: Comunicação com a Sociedade;

Dimensão 9: Política de Atendimento aos Discentes.

- Eixo 4: Políticas de Gestão

Dimensão 5: Políticas de Pessoal;

Dimensão 6: Organização e Gestão da Instituição;

Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira.

- Eixo 5: Infraestrutura Física

Dimensão 7: Infraestrutura Física.

Sabe-se que a Avaliação Institucional é compreendida de duas fases: a autoavaliação institucional, coordenada pela CPA; e a avaliação externa designados por comissão designadas pelo INEP.

Sanches e Raphael (2006), comentam que a Avaliação Institucional passa a se configurar em um instrumento de prestação de contas à sociedade, bem como, uma ferramenta para gestão institucional.

“[...] se a instituição for pública, a sociedade precisa ter conhecimento sobre o que e como está fazendo, pois seus recursos decorrem dos impostos pagos por ela. No caso das instituições particulares, a própria comunidade acadêmica está, a cada dia, mais exigente no que diz respeito à participação, geralmente preocupada com os investimentos que faz. Esses procedimentos levarão as IES a terem mais credibilidade e reconhecimento perante a sociedade em que está inserida’ (SANCHES; RAPHAEL, 2006, p. 104 – 105).

Compreende-se que a autoavaliação institucional é o caminho para a atualização do Plano Desenvolvimento Institucional e os Projetos Pedagógicos dos Cursos do IFMS.

3. METODOLOGIA

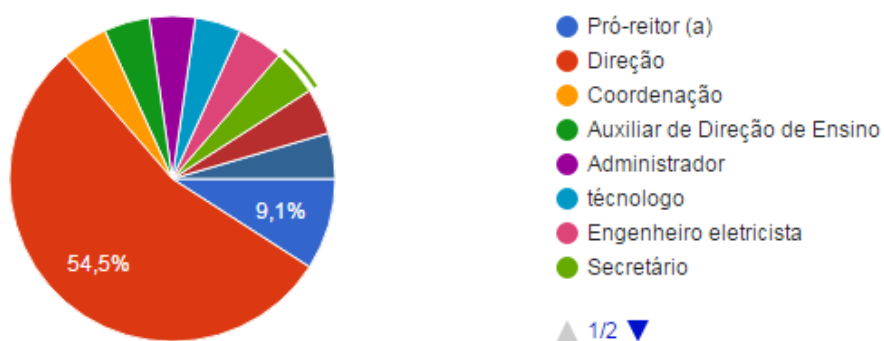
Considerando o estudo anteriormente propostos, priorizou-se de caráter descritivo através de uma abordagem qualitativa - quantitativa.

No primeiro semestre de 2017, a CPA realizou uma pesquisa com a aplicação de um formulário criado através do Google Docs <https://docs.google.com/> uma tecnologia da web, contendo dez questões de múltipla escolha. Os Pró-Reitores, Diretores e Coordenadores foram convidados a opinar. A análise dos resultados utilizou metodologia quantiquantitativa.

4. RESULTADOS

Os sujeitos da pesquisa foram servidores da Reitoria e dos Campus das áreas da pró-reitoria; direção; coordenação e auxiliares da direção. O gráfico 1 mostra os atores que participaram:

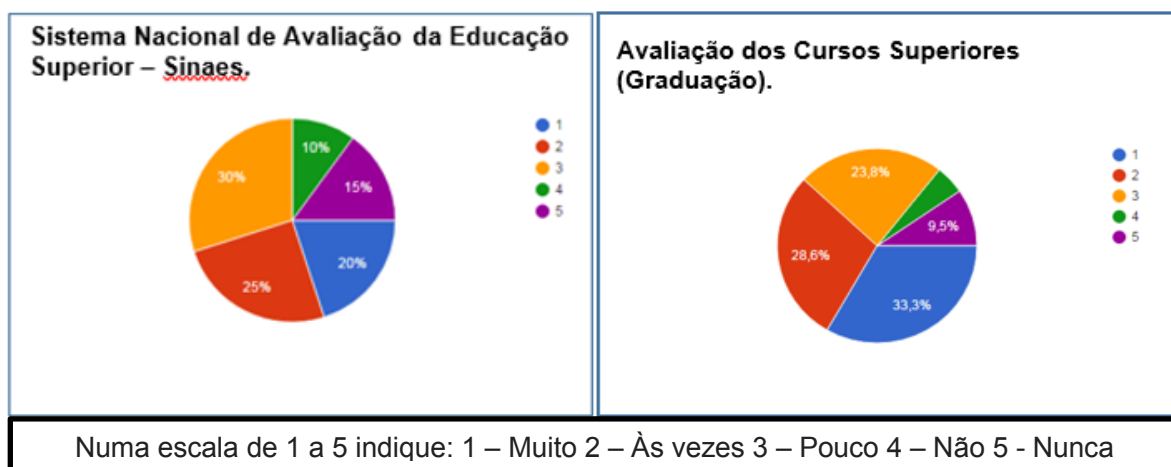
Gráfico 1 – Sujeitos pesquisados



Ao apresentar o gráfico 1, pode-se perceber os percentuais de *participação* espontânea na pesquisa de autoavaliação, principalmente conforme 54,5% da Direção e 9,1% da Pró-Reitoria.

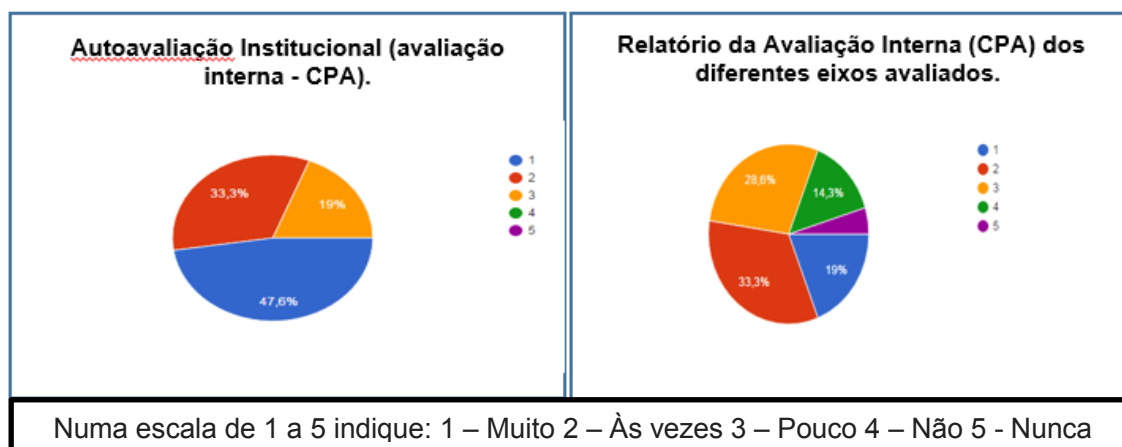
a) SOBRE A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – indique seu conhecimento sobre:
Numa escala de 1 a 5 indique: 1 – Muito 2 – Às vezes 3 – Pouco 4 – Não 5 - Nunca

Gráfico 2: Sistema Nacional da Educação Superior e Avaliação dos Cursos Superiores



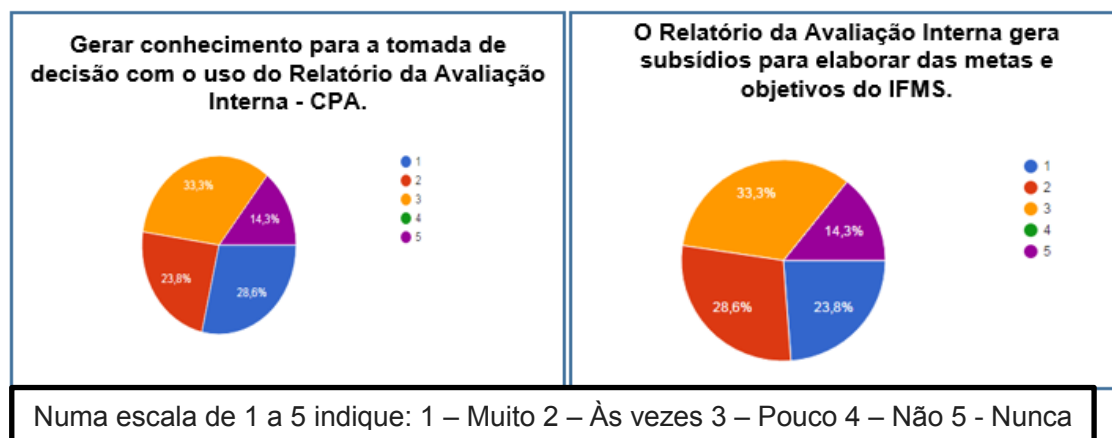
O gráfico 2 evidencia o conhecimento dos atores pesquisados sobre o Sistema Nacional da Educação Superior (Sinaes) e Avaliação dos Cursos Superiores (Graduação): 20% - muito; 25% às vezes e 30% pouco. Já quanto a Avaliação dos Cursos Superiores, foi evidenciado que 33,3 – muito; 28,6% às vezes e 23,8% pouco.

Gráfico 3: Autoavaliação Institucional



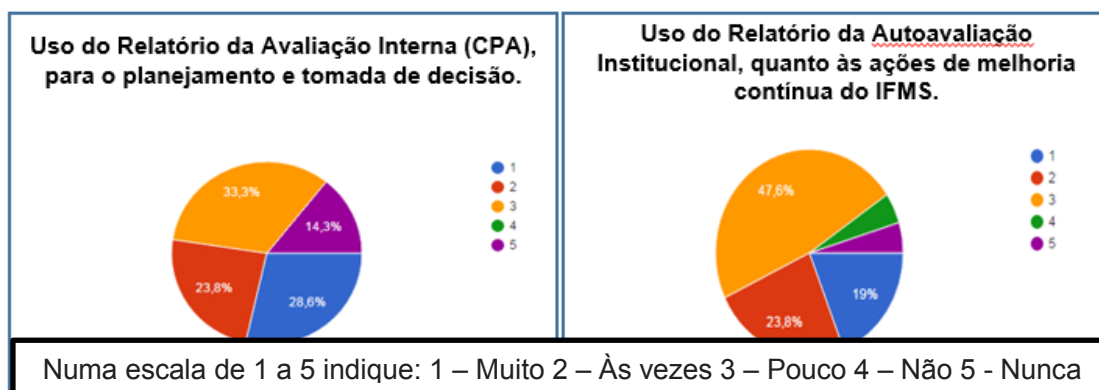
Quando o gráfico 3, onde são apresentados conjuntamente, o conhecimentos dos atores sobre o processo de autoavaliação institucional, sendo 47,6% - muito; 33,3% - às vezes; e 19,1% - pouco. O gráfico mostra também, os resultados sobre o conhecimento sobre o Relatório da Avaliação Interna, principalmente sobre os seus eixos avaliados, conforme seguem, 23,8% - muito; 28,6% - às vezes; 33,3% - pouco; e um item que nos chama a atenção é que 14,3% pesquisados nunca ouviu falar sobre esses assuntos da autoavaliação institucional.

Gráfico 4: Uso dos dados da Autoavaliação Institucional



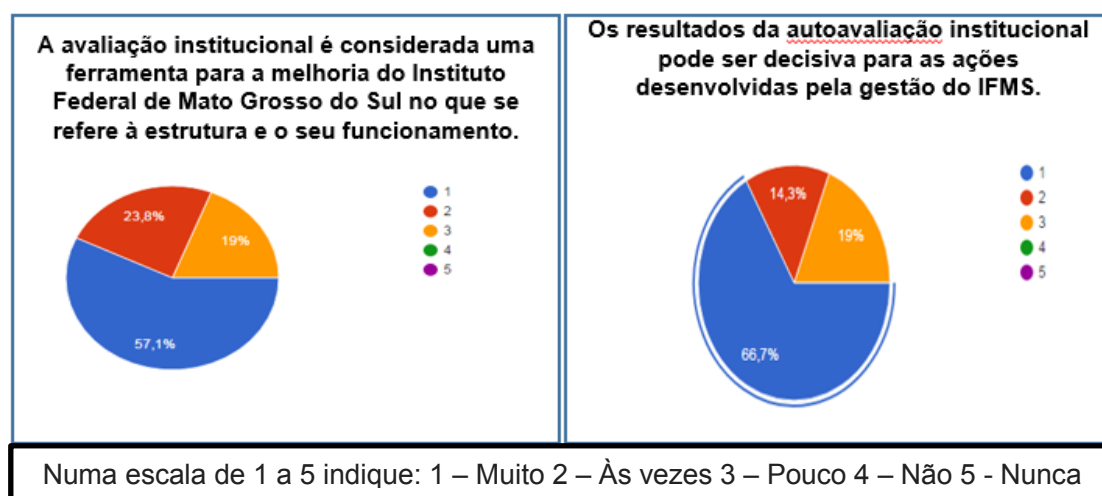
Verifica-se no Gráfico 4 a análise sobre o uso do Relatório da Avaliação Interna para tomada de decisão, onde 28,6% - muito; 23,8% - às vezes; e 33,3% - pouco e 14,3% - nunca utilizaram. Quanto o Relatório da Avaliação Interna gera subsídios para auxiliar na elaboração das e objetivos do IFMS, ficou evidenciado que 23,8% - muito; 28,6%- às vezes; 33,3% - pouco; e 14,3% nunca utilizou o relatório da CPA.

Gráfico 5: Planejamento, tomada de decisão e ações de melhorias



Os resultados mostram que o uso do Relatório da Avaliação Interna (CPA), para a elaboração do planejamento e para a tomada de decisão pelos gestores conforme ficou apresentado no Gráfico 5: 28,6% - muito; 23,8% - às vezes; 33,3% - pouco e 14,3% - nunca. Os resultados também revelam que o uso do Relatório da Autoavaliação Institucional, quanto às ações de melhoria contínua do IFMS, atribuída pelos atores foi de: 19% - muito; 23,8% - às vezes; 47,6 - pouco; 3,6% - não e 3,6% - nunca.

Gráfico 6: Ações decisiva para a Gestão do IFMS



Os resultados evidenciam que os dados da pesquisa consideram que avaliação institucional é uma ferramenta de melhoria que auxilia os gestores do IFMS na sua estrutura e no seu funcionamento. Os dados apresentam o resultados da autoavaliação institucional que pode ser decisiva para as ações desenvolvidas pela Gestão do IFMS, conforme segue: 66,7% - muito; 14,3% - às vezes e 19% - pouco.

5. CONCLUSÃO

Sobre o presente estudo pode-se dizer que o objetivo foi alcançado, uma vez que foi analisado o ponto de vista dos gestores sobre os resultados sobre à autoavaliação institucional do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul.

Os resultados alcançados com este trabalho permitem inferir que os trabalhos realizados pela Comissão Própria de Avaliação do IFMS desde a sua criação em 2014, vem comprovando como um elo integrador do processo de planejamento e de gestão institucional. Desta forma, os resultados decorrentes do relatório da avaliação institucional são relevantes para o processo de desenvolvimento da instituição, principalmente no acompanhamento do seu Plano de Desenvolvimento Institucional, dos seus Projetos Pedagógicos dos Cursos e principalmente do seu Relato Institucional.

Os resultados desta pesquisas devem subsidiar os atores pesquisados, nas decisões gerenciais, no âmbito institucional, a fim de implantar ações que visem a melhoria continua do IFMS.

Faz-se necessário salientar que os resultados da pesquisa permitem inferir que a Comissão Própria de Avaliação é um órgão independente dentro da instituição, desenvolvendo um papel estratégico para os gestores, apontando as fragilidades, potencialidades e as recomendações no seu Relatório da Autoavaliação Institucional.

O que se aspirou neste artigo foi de apoiar e incentivar os gestores para utilizar os relatórios da Autoavaliação Institucional no seu planejamento estratégico no seu dia-a-dia. E como sugestões para futuras pesquisas é fazer análise e comparar com o Relatório de Gestão com o Relatório da Autoavaliação Institucional.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Avaliação educacional: regulação e emancipação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.151.

AUGUSTO, Rosana; BALZAN, Newton Cezar. A vez e a voz dos coordenadores das CPAs das IES de Campinas que integram o SINAES. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 4, p. 597-622, dez. 2007.

BELLONI, I. Universidade e o compromisso da avaliação institucional na reconstrução do espaço social. In: Avaliação. Campinas, SP, v.1, nº 2, p.6-14, dez, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso em: 29 ago. 2014.

_____. Ministério da Educação. Portaria nº 821, de 21 de agosto de 2009. Define procedimentos para avaliação de Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação no âmbito do 1º Ciclo Avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 29 ago. 2014.

CAVALCANTE, Jorge Henrique Mariano. O processo de autoavaliação institucional do sistema nacional de avaliação da educação superior – SINAES como ferramenta de gestão estratégica nas IES: um estudo de caso. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Escola Brasileira de Administração Pública e Privada, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

COSTA, Teresinha Otaviana Dantas da. Avaliação Institucional: uma ferramenta para o sucesso da instituição educacional. In: COLOMBO, Sonia Simões (Org.). Gestão educacional: uma nova visão. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 38-50.

DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César (Orgs.). Avaliação institucional: teoria e experiência. São Paulo: Cortez, 1995.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior, regulação e emancipação. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo Ilvo (Org.). Avaliação e compromisso público. Florianópolis: Insular, 2003. p. 35-52.

DIAS SOBRINHO, José e BALZAN, Newton César (orgs.). Avaliação Institucional: Teorias e Experiências. 3. Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao Sinaes. Revista Avaliação (Campinas, vol. 15, n. 1, Sorocaba, 2010).

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação institucional da educação superior: fontes externas e internas. Texto ilustrativo. 2010.

EUSSEN, Shirmênia Kaline da Silva Nunes. SINAES: as diferentes faces da avaliação na UFRN. 2010. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

FELIX, Glades Tereza. GALLINA, Simone Freitas da Silva. Gestão, avaliação e participação na autoavaliação da UFSM: em busca de compreensões sob distintos horizontes. In: TRABALHOS 25º SIMPÓSIO BRASILEIRO, 2º.; 2011.

GADOTTI, Moacir (org.). Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre: ARTMED, 2000.

GALDINO, Mary Neuza Dias. A autoavaliação institucional no ensino superior como instrumento de gestão. In: TRABALHOS 25º SIMPÓSIO BRASILEIRO, 2º.; 2011. CONGRESSO IBEROAMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 2.; 2011.; São Paulo. Anais... São Paulo, PUC/USP, 2011, p. 1-15.

GREGO, Sonia Maria Duarte et al. A construção do processo democrático de auto-avaliação institucional na UNESP. Avaliação da Educação Superior, Campinas, v.12, n.2, p.257-289, jun. 2007. SAUL, Ana Maria. Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. 2. ed. São Paulo: Cortez e Associados, 1991. 151 p.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. A avaliação institucional nas universidades federais e as comissões próprias de avaliação. Avaliação da Educação Superior, Campinas, v.14, n.1, p.9-28, mar. 2008.

PORÉM, Maria Eugênia; KERBAUY, Maria Tereza Miceli. CPA: de fonte à gestora da informação e do conhecimento. In: TRABALHOS SIMPÓSIO BRASILEIRO, 25.; 2011.; CONGRESSO IBEROAMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. 2.; 2011.; São Paulo. Anais... São Paulo: PUC/USP, 2011, p.1-13.

SCRIVEN, Michael. Types of evaluation and types of evaluator. *Evaluation Practice*. Black and White Photograph, v. 17, Issue 2, p. 1-11, Spring/Summer, 1996.

SILVA, Jacqueline dos Santos. Avaliação institucional: implicações administrativas na gestão da Universidade Federal da Bahia. 2008. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Linha Política e Gestão da Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.